



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

(FACE)

Departamento de Administração (CCA)

Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Angela Maria Rocha da Trindade Lima

As Compras Públicas : Ineficiência e Prejuízos Causados a População

Brasília - DF

2024

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Lucio Remuzat Rennó Junior
Decano de Pós-Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas

Professor Doutor Rodrigo Rezende Ferreira
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professora Doutora Letícia Lopes Leite
Coordenadora-Geral UAB

Professora Doutora Fátima de Souza Freire
Coordenadora do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Angela Maria Rocha da Trindade Lima

As Compras Públicas : Ineficiência e Prejuízos Causados a População

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Administração e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. Dr. Vanessa Cabral

Brasília - DF

2024

Ficha Catalográfica

Deve ser gerada no site da Biblioteca da UnB e inserida após a conclusão da versão final (pós-banca). Para gerar, entre no link (<https://bce.unb.br/servicos/elaboracao-de-fichas-catalogaficas/>) e clique em “gerar ficha catalográfica – monografias”.

Angela Maria Rocha da Trindade Lima

As Compras Públicas: Ineficiência e Prejuízos Causados a População.

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Administração e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Data de aprovação: 13/08/2024.

Prof. Dr. Vanessa Cabral Gomes
Orientador

Prof. Dr. Jorge Luis Triana Riveros
Professor - Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Senhor Jesus Cristo por todas as oportunidades de aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos e ter força para buscar mais capacitação apesar das dificuldades que temos para estudar, devido a vida cheia de compromissos. Agradeço também a iniciativa de reitores, professores da Universidade de Brasília que buscam através da Educação a Distância democratizar a oportunidade de ensino, no meu caso é uma honra poder estudar, ser aluna da UNB .Agradeço aos alunos e colegas da Escola Municipal Darci Ribeiro, na função de gestora dessa Unidade de Ensino sentir a necessidade de buscar aperfeiçoamento e tentar prestar um serviço com mais qualidade e eficiência .Enfim agradeço a minha família, meus maiores incentivadores e meus tutores e todos que de alguma maneira contribuíram nesse processo. Deus abençoe a todos.

RESUMO

Muitas vezes, os processos de compras públicas não são transparentes o suficiente, favorecendo empresas específicas sem um processo competitivo adequado. Isso pode levar a preços inflacionados e à escolha de fornecedores menos qualificados. A falta de transparência pode abrir espaço para corrupção, onde agentes públicos podem receber subornos ou benefícios pessoais em troca de favorecer determinados fornecedores. Isso não apenas prejudica o erário público, mas também afeta diretamente a qualidade dos serviços e produtos adquiridos. Processos ineficientes de compras públicas muitas vezes resultam em desperdício de recursos financeiros e materiais. Isso ocorre quando as compras são mal planejadas, resultam em estoques excessivos ou em compras de itens desnecessários. Compras públicas ineficientes podem afetar diretamente a qualidade dos serviços públicos oferecidos aos cidadãos. Se materiais de baixa qualidade são adquiridos devido a processos inadequados, isso pode resultar em serviços deficientes ou até perigosos para os usuários finais. O impacto econômico negativo das compras públicas ineficientes se reflete em um uso ineficiente dos recursos públicos, que poderiam ser direcionados para áreas mais necessitadas. Socialmente, isso também pode aumentar a desigualdade e a insatisfação pública com o governo. Os procedimentos burocráticos complexos podem dificultar a participação de pequenas empresas ou novos fornecedores, limitando a inovação e a concorrência saudável no mercado de compras públicas. A ineficiência das compras públicas não só resulta em prejuízos financeiros diretos, mas também mina a confiança pública, compromete a qualidade dos serviços prestados e pode perpetuar práticas corruptas. Melhorar a transparência, promover a concorrência justa e simplificar os procedimentos burocráticos são passos essenciais para mitigar esses problemas e garantir que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e responsável. Utilizando contribuições de diversos autores sobre o tema. A pesquisa bibliográfica adotada neste estudo baseia-se na revisão sistemática da literatura. Inicialmente, foram selecionadas fontes de dados relevantes, incluindo bases de dados acadêmicas como Scielo e Google Scholar, além de livros e artigos de periódicos reconhecidos na área. Os critérios de inclusão para seleção dos estudos foram baseados na relevância para o tema, considerando trabalhos publicados que apresentassem contribuições significativas para o entendimento das compras públicas. A análise das contribuições dos diversos autores foi realizada por meio da identificação de diferentes abordagens teóricas e metodológicas utilizadas para entender todo o processo. As perspectivas foram organizadas em categorias temáticas, incluindo estratégias, responsabilidade social e impactos econômicos das práticas sustentáveis. A síntese dos estudos permitiu identificar

convergências e divergências entre as teorias discutidas, destacando lacunas de pesquisa e áreas que requerem investigação adicional. A discussão crítica dos resultados enfatizou a necessidade de estudos longitudinais e comparativos para avaliar o impacto de iniciativas sustentáveis nas organizações, bem como a importância de considerar contextos culturais e regionais na implementação de políticas mais eficientes e sustentáveis de compras públicas. Análise de *As Compras Públicas: Ineficiências e Prejuízos Causados aos Cidadãos*, prejuízos estes muitas vezes da corrupção, são profundos e de longo alcance. Eles comprometem a qualidade dos serviços públicos, exacerbam as desigualdades, minam a confiança nas instituições e prejudicam o desenvolvimento econômico e social. Identificamos que as principais ineficiências nas compras públicas estão relacionadas à falta de competitividade nos processos de licitação, resultando em contratações não vantajosas para o erário público. Os cidadãos são prejudicados pela baixa qualidade dos produtos e serviços adquiridos, além do desperdício de recursos financeiros que poderiam ser direcionados para áreas mais prioritárias. Faz-se necessário estabelecer mecanismos de avaliação contínua dos resultados das compras públicas, monitorando o impacto dos investimentos e ajustando estratégias conforme necessário, pode garantir que os recursos sejam direcionados de maneira eficaz. Promover a concorrência entre fornecedores pode reduzir custos e melhorar a qualidade dos produtos e serviços adquiridos pelo setor público. Essas soluções podem ser implementadas de forma integrada e adaptadas às especificidades locais para melhorar a eficiência das compras públicas e mitigar os prejuízos causados por ineficiências nesse processo.

Palavras-chave: Corrupção; Burocracia; Planejamento

Sumário

Introdução	10
1.1. Objetivo Geral	14
1.2. Objetivo Específicos	14
1.3. Justificativa	15
2.Referencial Teórico	15
2.1. Burocracia, Corrupção e planejamento	21
3.Procedimentos Metodológicos	22
4.Resultados e Analises	24
5.Consideracoes Finais	25
REFERÊNCIAS	28

1. INTRODUÇÃO

A ineficiência nas compras públicas é um problema recorrente em diversas esferas governamentais, impactando diretamente a qualidade dos serviços oferecidos à população. No setor da educação, saúde, segurança e infraestrutura essa eficácia se traduz em prejuízos significativos, que vão desde a falta de materiais, insumos e infraestrutura inadequada até a impossibilidade de implementar programas de qualidade. Burocracia excessiva, a corrupção e a falta de planejamento são fatores que agravam essa situação, resultando em desperdício de recursos e ineficiência, a burocracia excessiva causam uma série de problemas, impactando negativamente a qualidade dos serviços públicos.

A gestão eficiente das compras públicas é abordada da seguinte forma:

"O conceito de compras públicas é crucial para entender como os recursos são alocados e geridos pelo setor público. A eficiência e a transparência nos processos são fundamentais para garantir que o dinheiro público seja utilizado de forma adequada." (YUKINS, 2023, p. 78-80.)

Diante do exposto pelos autores acima o processo compras públicas toma uma relevância ainda maior pois além de aplicar os recursos do contribuinte de forma transparente e eficaz traz em si maior eficiência. Faz se necessário então entendermos o motivo pelo qual o processo que aparente deveria apenas gerir e aplicar os recursos de forma prática muitas vezes tornam se morosos e ineficazes. Quais as possíveis falhas nestes processos, como é possível que ocorra inúmeros casos de ineficiências na prestação dos serviços públicos e em muitos casos devido a falhas que, causam faltas de materiais essenciais para prestação de serviços ao contribuinte.

Matéria do Fantástico relata que:

"Materiais vencidos custaram mais de R\$20 milhões, enquanto orçamento de seis hospitais federais do estado passa de R\$860 milhões. Mais de 18 mil pacientes estão aguardando procedimento cirúrgico." Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 17 de março, 2024.

Situações como essa são corriqueiras nos noticiários do Brasil, o que causa indignação e o questionamento dos motivos pelos quais ocorrem e onde estão as falhas.

O investimento em educação, saúde, segurança e infraestrutura são cruciais para o desenvolvimento de qualquer nação. No entanto, o mau uso dos recursos públicos destinados têm se tornado um problema grave em muitos países, incluindo o Brasil. Accountability e Compliance conceitos imprescindíveis e fundamentais na gestão corporativa e governança.

Accountability refere-se à responsabilidade que uma pessoa ou organização tem de prestar contas por suas ações, decisões e resultados. Em outras palavras, é o compromisso de ser transparente e responsável perante as partes interessadas, como acionistas, clientes, ou o público em geral. No contexto empresarial, accountability significa que os líderes e gestores são responsáveis pelos resultados das suas decisões e devem explicar suas ações, especialmente quando as coisas não saem como planejado. Isso promove uma cultura de transparência e confiança dentro da organização. Compliance, ou conformidade, refere-se ao processo pelo qual uma organização garante que suas operações e práticas estão de acordo com leis, regulamentações, normas e padrões éticos aplicáveis. O objetivo é evitar qualquer tipo de violação legal ou regulamentar que possa prejudicar a organização. No contexto corporativo, compliance envolve a implementação de políticas, procedimentos e controles internos que garantam a adesão às leis e regulamentos relevantes, bem como aos códigos de ética da organização. Um programa eficaz de compliance ajuda a minimizar riscos legais e financeiros e a proteger a reputação da empresa

."A governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas são dirigidas e controladas. A estrutura de governança especifica a distribuição de direitos e responsabilidades entre os diferentes participantes da corporação, como o conselho, gestores, acionistas e outras partes interessadas, e estabelece as regras e procedimentos para a tomada de decisões sobre assuntos corporativos. Michael C. Jensen " Theory of the Firm: Governance, Residual Claims, and Organizational Forms" (2000).

A corrupção e a má gestão desses recursos resultam em uma série de prejuízos que comprometem a qualidade do ensino e o futuro de milhões de estudantes. Em diversas regiões do Brasil, foram identificados casos de superfaturamento em contratos de construção e manutenção. Empresas coniventes com autoridades locais inflacionam os preços dos materiais e serviços, desviando milhões dos cofres públicos. Os professores de Paulista denunciaram a prefeitura por uso indevido de recursos do Fundef, destacando que um decreto municipal direcionou R\$ 9,4 milhões do fundo para outras finalidades. Segundo o presidente do sindicato dos professores, foram feitas denúncias ao MPPE e ao Tribunal de Contas do Estado (G1, 2023). Empresas fornecem alimentos de baixa qualidade ou em quantidade insuficiente, muitas vezes em conluio com gestores públicos. "Sob investigação da Polícia Federal, um esquema de desvio de verba pública e lavagem de dinheiro no Pará pode ter movimentado até R\$ 1,7 bilhão. A operação apura o repasse de valores indevidos entre 2017 e 2022 para servidores públicos de diversas prefeituras, utilizando empresas de fachada e laranjas."(g1 Pará — Belém 30/04/2024).

"De acordo com reportagem da Folha de S.Paulo, a Máfia da Merenda envolvia um esquema de fraudes em licitações e pagamento de propinas a políticos e servidores públicos para beneficiar determinadas empresas na venda de merenda escolar no estado de São Paulo." (Folha de Saulo, 2016).

Além da corrupção a burocracia nos processos de licitação pública é frequentemente atribuída a ineficiência devido à complexidade e rigor da legislação que rege esses procedimentos. No entanto, a burocracia pode ser vista tanto como um problema quanto como uma necessidade para garantir transparência, igualdade e justiça nas contratações públicas. A

legislação de licitações públicas no Brasil é regida principalmente pela Lei nº 8.666/1993, conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Em 2021, foi sancionada a Lei nº 14.133/2021, que substitui gradualmente a Lei nº 8.666 e outras legislações sobre o tema. Período de Transição da Nova lei era 2023, a Lei nº 8.666/1993, a Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002) e o Regime Diferenciado de Contratações (Lei nº 12.462/2011) coexistem com a nova lei. Após esse período, a nova lei se tornou exclusiva. A nova Lei de Licitações visa modernizar e unificar o processo de contratações públicas, trazendo maior transparência, eficiência e controle social.

Regulamentação extensa a legislação de licitações, especialmente a Lei nº 8.666/1993 e a nova Lei nº 14.133/2021, contém muitas regras e procedimentos detalhados que as entidades públicas devem seguir, o que pode tornar o processo moroso e complexo mas necessário . A necessidade de interpretar e aplicar corretamente as normas pode gerar incertezas e atrasos, especialmente quando as regras não são claras ou são passíveis de múltiplas interpretações. Outro fator que interfere na eficiência dos processos são os diversos procedimentos formais: A licitação envolve várias fases como planejamento, publicação, habilitação, julgamento, homologação, cada uma com requisitos específicos e prazos a serem cumpridos, aumentando a carga burocrática. Além da exigência de numerosos documentos de habilitação e propostas detalhadas dos licitantes, aumenta a burocracia tanto para a administração pública quanto para os participantes.

As licitações são sujeitas a fiscalização interna e externa, tribunais de contas, controle interno, órgãos de controle, exigindo relatórios e justificativas que podem tornar o processo mais lento e burocrático. A obrigatoriedade de publicação de informações e a manutenção de registros detalhados aumentam a carga de trabalho burocrática.

A complexidade da legislação visa reduzir riscos de fraudes e irregularidades, mas ao fazer isso, aumenta os procedimentos e verificações necessárias, tornando o processo mais burocrático. O temor de penalidades severas por descumprimento das normas pode levar os gestores públicos a adotar uma postura mais cautelosa e burocrática.

Alguns dos principais problemas incluem: Falta de materiais e recursos: Atrasos e falhas na aquisição de materiais, equipamentos tecnológicos e outros recursos essenciais prejudicam os serviços prioritários aos cidadãos. Processos burocráticos lentos atrasam obras de manutenção e construção de escolas, resultando em instalações precárias e inadequadas. De acordo com Pimenta (1998), “o excesso de formalismo e de uniformidade nos procedimentos desta Lei leva a uma demora excessiva para a realização de qualquer processo de compra além de se apresentar como uma forma de controle burocrático de eficácia duvidosa”.

Órgãos públicos degradados comprometem a segurança e o bem-estar, além de dificultar o bom desempenho do servidor. Um dos principais fatores dessa ineficiência é a corrupção, desvio de recursos que deveriam ser investidos na educação, saúde e segurança resulta em menos dinheiro disponível para melhorias e inovação. Projetos importantes são abandonados ou mal executados limitando o acesso a serviços com qualidade e exacerbando desigualdades. Outro agravante é a ausência e a falta de planejamento eficaz na alocação de recursos, resultando em compras desnecessárias ou inadequadas, bem como na má gestão dos bens adquiridos. Recursos são desperdiçados, enquanto necessidades críticas permanecem não atendidas, prejudicando a todos, principalmente os mais carentes que dependem exclusivamente dos serviços públicos, o que gera desmotivação aos funcionários: A burocracia e a falta de recursos adequados tornam o ambiente de trabalho difícil e desmotivador. A desmotivação dos profissionais pode levar a uma queda na qualidade dos serviços prestados, afetando a continuidade dos atendimentos do cidadão. A combinação desses problemas cria um ciclo vicioso de ineficiência e baixa qualidade, sublinhando a importância de reformas nos processos de compras públicas e na redução da burocracia para garantir um sistema mais eficaz e justo. Segundo o *Jornal da Globo* (2024), o estudo revela que "o Brasil está entre os piores países em devolução dos impostos na forma de serviços à população". Reportagem diz que "A Polícia Federal deflagrou nesta terça-feira (27) a Operação Flashback para combater desvio de recursos públicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que deveriam ter sido aplicados na aquisição de merendas para escolas em municípios do Piauí. Segundo investigadores, houve 'superfaturamento por sobrepreço em procedimentos licitatórios, direcionamento das contratações, atuação em conluio entre as empresas, indicativos de utilização de notas fiscais falsas e outras irregularidades graves.'" ("A Polícia Federal deflagrou nesta terça-feira (27) a Operação Flashback para combater desvio de recursos públicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que deveriam ter sido aplicados na aquisição de merendas para escolas em municípios do Piauí. Segundo investigadores, houve 'superfaturamento por sobrepreço em procedimentos licitatórios, direcionamento das contratações, atuação em conluio entre as empresas, indicativos de utilização de notas fiscais falsas e outras irregularidades graves.'" (Agência Brasil – Brasília – 27/02//2024).

"JORNAL DA GLOBO. Estudo mostra o Brasil entre os piores países em devolução dos impostos na forma de serviços à população. Jornal da Globo, São Paulo, 10 abr. 2024." Disponível em: <https://www.jornalglobocom.br/noticias/estudo-brasil-devolucao-impostos>. Acesso em: 17 jul. 2024.

Assim, a necessidade de aprimorar os processos de aquisição e gestão de recursos

públicos torna-se imperativa para garantir que os impostos pagos pelos contribuintes retornem de forma eficiente e com qualidade.

1.2 OBJETIVO GERAL

Investigar as causas e consequências da ineficiência nas compras públicas, analisando os impactos diretos e indiretos sobre os cidadãos, com o propósito de propor medidas para aprimorar a gestão pública e reduzir os prejuízos econômicos e sociais decorrentes dessas práticas. Analisar os principais problemas e falhas nos processos de aquisição de bens e serviços pelo setor público. Avaliar o impacto das ineficiências nas compras públicas na qualidade dos serviços prestados à população. Os objetivos e trazer seus desdobramentos claro e abrangente para a pesquisa, permitindo uma análise profunda das ineficiências nas compras públicas e dos seus impactos sobre os cidadãos, além de orientar a proposição de soluções para esses problemas.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar as principais causas da ineficiência nas compras públicas:

- Avaliar como esses custos impactam o orçamento público e a capacidade do Estado de oferecer serviços de qualidade à população;
- Avaliar os impactos sociais e políticos das ineficiências;
- Investigar como as ineficiências nas compras públicas afetam diretamente os serviços essenciais oferecidos à população, como saúde, educação e infraestrutura;
- Analisar o grau de confiança dos cidadãos nas instituições públicas e seu relacionamento com a transparência e eficiência na gestão de recursos;
- Desenvolver recomendações práticas e viáveis para melhorar a gestão e o controle das compras públicas, visando reduzir desperdícios e aumentar a transparência;
- Comparar boas práticas internacionais de governança e gestão pública que possam ser adaptadas ao contexto brasileiro;
- Oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes e responsáveis no que tange às compras governamentais;
- Estimular o debate sobre a importância da eficiência na gestão pública

como um componente essencial para o desenvolvimento socioeconômico do país;

1.3 JUSTIFICATIVA

A ineficiência nos processos de compras, pode resultar em desperdício de recursos públicos, afetando a capacidade do Estado de atender às necessidades essenciais dos cidadãos, como saúde, educação e infraestrutura. A transparência nas compras públicas é essencial para garantir que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente e em benefício da sociedade como um todo. Investigar as ineficiências nessas compras pode revelar lacunas na governança pública, destacando a necessidade de maior controle e accountability por parte dos órgãos responsáveis. A análise das ineficiências nas compras públicas pode contribuir para identificar práticas suscetíveis à corrupção e ao desvio de recursos, promovendo medidas preventivas e corretivas para mitigar esses problemas. Reduzir a corrupção nas compras governamentais não apenas economiza recursos, mas também fortalece a confiança da população nas instituições públicas. O estudo das ineficiências nas compras públicas oferece uma oportunidade para aplicar conceitos teóricos e metodológicos aprendidos ao longo do curso, enriquecendo o campo de estudo da administração pública, economia e políticas públicas. Pode gerar novos conhecimentos e insights sobre práticas de gestão pública eficazes e sustentáveis, contribuindo para o avanço do conhecimento na área.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O patrimonialismo é um modelo de administração pública em que os recursos e funções do Estado são tratados como propriedade pessoal dos governantes. Nesse modelo, há uma fusão entre o público e o privado, e o poder é exercido de maneira personalista, com pouca distinção entre os interesses do governo e os interesses pessoais dos governantes. Confusão entre público e privado: Os recursos públicos são usados para benefício pessoal dos líderes políticos. Falta de transparência e accountability: Pouca responsabilidade sobre a gestão pública. A Administração Pública Burocrática é um modelo que se baseia em uma estrutura hierárquica rígida e na aplicação de normas e procedimentos padronizados. Este modelo busca eficiência e previsibilidade na gestão pública por meio de regras e procedimentos claros. Com hierarquia e

divisão de trabalho estrutura organizacional com divisão clara de responsabilidades e uma cadeia de comando bem definida. Procedimentos padronizados para garantir consistência e previsibilidade. Com imparcialidade decisões baseadas em regras e não em preferências pessoais em regulamentos e processos formais. A administração pública gerencial é um modelo que aplica princípios de gestão empresarial ao setor público, com foco em eficiência, eficácia e resultados. Este modelo busca melhorar a qualidade dos serviços públicos através de práticas de gestão modernas e inovadoras. Ênfase na obtenção de resultados e na eficácia das políticas públicas. Maior autonomia para gestores e entidades, com foco em metas e desempenho. Uso de métricas e indicadores para avaliar e melhorar continuamente a gestão e os serviços prestados. Cada um desses modelos reflete diferentes abordagens para a gestão pública e tem suas vantagens e desvantagens dependendo do contexto e dos objetivos de administração pública em questão.

Max Weber, em sua teoria da burocracia, não trata especificamente da ineficiência nas compras públicas ou dos prejuízos causados, mas seus conceitos e análises sobre a burocracia podem ser aplicados para entender esses problemas. Weber descreve a burocracia como um modelo de administração baseado em regras, procedimentos e uma hierarquia claramente definida, visando à eficiência e à previsibilidade. No entanto, ele também reconhece que a burocracia pode gerar ineficiências quando seus processos se tornam excessivamente complexos e rígidos. Esses aspectos podem ser aplicados para analisar como a burocracia pode afetar negativamente as compras públicas e, conseqüentemente, a educação: excesso de regras e procedimentos.

“A burocracia desenvolve-se mais perfeitamente onde a necessidade de uma administração precisa e estável é maior: ou seja, em áreas como a administração pública.” (Weber, 1991, p. 127).

Weber enfatiza que a burocracia é vista como eficiente para alcançar resultados previsíveis e consistentes, especialmente em ambientes onde essas qualidades são valorizadas, como em instituições governamentais e grandes organizações.

“A burocracia é a organização mais adequada para a realização de atividades que exigem precisão, continuidade, uniformidade, rapidez, decisão, discrição e disciplina.” (Weber, 1922)

Processos burocráticos excessivamente detalhados e rígidos podem tornar as compras públicas lentas e complicadas. O autor também fala do formalismo excessivo que dá ênfase exagerada na conformidade com procedimentos formais que podem levar à ineficiência e ao

desperdício de tempo e recursos. A rigidez falta de flexibilidade, com isso muitos serviços ficam comprometidos pela incapacidade de ajustar rapidamente os recursos e políticas de acordo com as demandas. Sistemas burocráticos tendem a ser resistentes à mudança e à inovação. Implementação de novas metodologias ou tecnologias pode ser retardada, impedindo avanços. Embora Weber tenha apontado a burocracia como um meio de alcançar eficiência organizacional, ele também advertiu que, quando não gerida adequadamente, pode se tornar uma fonte de ineficiência. Aplicando essas ideias ao contexto das compras públicas, fica claro que a burocracia mal administrada pode resultar em atrasos e desperdícios que prejudicam diretamente a qualidade dos serviços oferecidos aos cidadãos.

O investimento é crucial para o desenvolvimento de qualquer nação. No entanto, o mau uso dos recursos públicos destinados têm se tornado um problema grave em muitos países, incluindo o Brasil. Também Chiavenato (2018, p. 219) argumenta que:

"A necessidade de documentar e formalizar todas as comunicações dentro da burocracia a fim de que tudo possa ser testemunhado por escrito pode conduzir ao excesso de formalismo, documentação e papelório. Aliás, o papelório constitui uma das mais gigantes disfunções da burocracia, o que leva o leigo a imaginar a burocracia como tendo necessariamente um volume inusitado de papelório, de vias adicionais de formulários e de comunicações."
(Chiavenato, 2018, p. 219)

Chiavenato destaca que a burocracia tende a gerar uma quantidade excessiva de documentos, formulários e comunicações escritas. Isso não apenas consome tempo e recursos, mas também pode complicar e atrasar os processos administrativos. O autor ressalta que a necessidade de documentação e formalização em todas as interações dentro da burocracia pode levar a um excesso de formalismo. Isso significa que os procedimentos são seguidos rigidamente, muitas vezes sem considerar a agilidade ou a eficiência. A burocracia, de acordo com Chiavenato, pode levar à despersonalização dos relacionamentos dentro das organizações, transformando as interações em processos impessoais e categorizados. Há uma crítica à burocracia por sua tendência de dar uma ênfase exagerada aos métodos e procedimentos administrativos em detrimento da flexibilidade e da inovação. O autor sugere que a burocracia muitas vezes exhibe sinais de autoridade e hierarquia através dos processos e da documentação, o que pode reforçar uma estrutura organizacional rígida e pouco adaptável.

Além da burocracia, a corrupção e a má gestão de recursos é outro fator que resulta em uma série de prejuízos. Mauro (1995) é uma referência fundamental no estudo da corrupção e seu impacto sobre a economia. Paolo Mauro, economista do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicou um artigo seminal intitulado "Corruption and Growth" na revista Quarterly

Journal of Economics. Neste trabalho, Mauro investiga como a corrupção afeta o crescimento econômico e a eficiência do investimento público. Mauro encontrou uma correlação negativa significativa entre corrupção e crescimento econômico. Países com altos níveis de corrupção tendem a crescer mais lentamente do que aqueles com baixos níveis de corrupção. A corrupção distorce a alocação de recursos, levando a investimentos ineficientes. Projetos são escolhidos não com base em sua viabilidade econômica ou necessidade social, mas sim em oportunidades de ganho pessoal. A corrupção tende a direcionar os gastos públicos para grandes projetos de infraestrutura, onde os subornos e desvios são mais fáceis de ocultar, em detrimento de investimentos em áreas como educação e saúde, que têm retornos sociais elevados. Mauro afirma que:

“A corrupção reduz a qualidade da infraestrutura pública, educação e serviços de saúde ao desviar fundos públicos para usos menos produtivos e diminuir os recursos disponíveis para manutenção e melhorias. Ela também reduz a eficácia dos gastos públicos nessas áreas.” (Mauro, 1996, p. 15).

Recursos que deveriam ser destinados a setores essenciais são desviados, resultando em menor qualidade dos serviços públicos oferecidos. Mauro sugere que aumentar a transparência e a accountability (prestação de contas) nos governos pode reduzir a corrupção e melhorar a eficiência dos gastos públicos. A implementação de reformas institucionais robustas, como a criação de agências anticorrupção independentes e o fortalecimento do sistema judiciário, é crucial para combater a corrupção. O estudo de Paolo Mauro é um marco na literatura sobre corrupção, fornecendo evidências empíricas de que a corrupção não é apenas uma questão moral ou ética, mas um obstáculo significativo ao desenvolvimento econômico. As descobertas de Mauro destacam a necessidade de políticas públicas voltadas para a redução da corrupção como meio de promover um crescimento econômico sustentável e inclusivo.

Outro motivo essencial para a ineficiência nas compras públicas é a falta de planejamento adequado, nas compras de equipamentos e outros recursos podem ser feitas de forma desorganizada, comprando itens desnecessários ou em quantidade inadequada. OS diversos órgãos podem ficar com excesso de determinados materiais e carência de outros essenciais, prejudicando a qualidade do ensino. Atrasos na entrega de Materiais. A falta de um cronograma eficiente para as compras pode resultar em atrasos na entrega de materiais e equipamentos necessários. Atrasos impactam negativamente a continuidade de diversos serviços públicos, comprometendo o bem estar dos cidadãos. Sem planejamento, compras podem ser realizadas em cima da hora, sem a devida pesquisa de mercado, resultando em contratos menos vantajosos e preços mais altos. O desperdício de recursos financeiros limita a capacidade de investimento

em outras áreas necessárias da educação, como infraestrutura, saúde, segurança pública. A falta de critérios claros e bem definidos para a seleção de fornecedores pode levar à aquisição de materiais de baixa qualidade ou à contratação de serviços ineficazes. Materiais inadequados e serviços de baixa qualidade prejudicam a prestação de serviços essenciais aos cidadãos. Projetos de infraestrutura inacabados, obras que começam e são interrompidas, como construção e manutenção de prédios, podem ser mal executados devido a um planejamento inadequado das compras e da contratação de serviços. Prédios com infraestrutura precária oferecem um ambiente de desfavorável, afetando o bem-estar e o desempenho dos funcionários. Sem planejamento, a continuidade de programas pode ser comprometida pela falta de materiais ou recursos financeiros. Os cidadãos enfrentam interrupções nos serviços públicos constantemente. A ausência de um plano eficaz pode resultar na entrega tardia de materiais e insumos obrigando funcionários a darem o famoso jeitinho, sem os recursos necessários, impactando a qualidade diretamente ao cidadão. Falta de planejamento pode levar à compra de equipamentos tecnológicos obsoletos ou incompatíveis, limitando o uso de novas tecnologias. Problemas de infraestrutura, como a falta de manutenção preventiva, podem levar a situações de emergência, como o fechamento temporário ou definitivo de alguns órgãos devido a condições inseguras. Um planejamento eficiente e estratégico é essencial para garantir que os recursos sejam adquiridos. “Jensen e Meckling (1976) explora os problemas de agência, como a assimetria de informações e o conflito de interesses entre agentes (executores) e principais (contratantes)”(Jensen e Meckling, 1976)p.305. No contexto das compras públicas, a falta de planejamento pode resultar em problemas de agência, onde os agentes não agem no melhor interesse dos principais, levando a ineficiências e desperdícios.

Para compreender os problemas causados pela ineficiência no planejamento das compras públicas, podemos recorrer a diversos referenciais teóricos que abordam a gestão pública, a administração financeira e a econômica. Princípios de eficiência, teorias da administração pública, enfatizam a importância da eficiência na alocação de recursos e na entrega de serviços públicos, destacando os problemas decorrentes da ineficiência no planejamento das compras. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Administração: teoria, processos e prática. São Paulo: Atlas, 2020.

De acordo com Maximiano (2020), “a eficiência é a capacidade de obter o máximo de resultados com o mínimo de recursos possíveis, enquanto a produtividade refere-se à relação entre o volume de output produzido e os recursos utilizados para a sua produção. A eficiência busca a otimização dos recursos, enquanto a produtividade foca na maximização da produção”

A eficiência refere-se à capacidade de uma organização em alcançar seus objetivos utilizando a menor quantidade possível de recursos. Em outras palavras, uma organização é considerada eficiente se consegue obter o máximo de resultados com o menor custo ou desperdício de recursos. Medido pela relação entre o output (resultados) e o input (recursos utilizados). Quanto menor o recurso utilizado para atingir o mesmo resultado, maior a eficiência. A eficiência também pode ser avaliada pela combinação da qualidade dos produtos ou serviços com o custo associado à sua produção. Uma organização eficiente oferece alta qualidade a um custo competitivo. Indicadores como o custo unitário de produção, a taxa de desperdício e a capacidade de atender aos padrões de qualidade com baixo custo são usados para medir a eficiência. A produtividade é uma medida da relação entre a quantidade de output (produtos ou serviços) produzidos e a quantidade de input (recursos) utilizados para produzir esse output. É frequentemente expressa como uma relação ou proporção entre o volume de produção e os recursos empregados. Relação Output/Input: Medida pela quantidade de produção gerada por unidade de recurso utilizado, como trabalho, capital ou materiais. Por exemplo, o número de unidades produzidas por hora de trabalho. Maximiano sugere que eficiência e produtividade estão inter-relacionadas e devem ser integradas para alcançar uma gestão eficaz. A eficiência se concentra na redução de desperdícios e na otimização de recursos, enquanto a produtividade foca na maximização do output. Organizações que conseguem melhorar ambos os aspectos podem alcançar um desempenho superior e uma vantagem competitiva. A eficiência é sobre fazer as coisas da melhor maneira possível, enquanto a produtividade é sobre fazer mais com o mesmo ou menos. Ambos são cruciais para a excelência organizacional e são usados para avaliar e melhorar o desempenho geral das operações. Segundo Meirelles define o Princípio da Eficiência da seguinte maneira:

"O Princípio da Eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e seus membros."
(Meirelles, 2013, p. 94)

Essa definição de Meirelles destaca a evolução do conceito de administração pública, enfatizando não apenas a conformidade legal, mas também a necessidade de alcançar resultados eficazes e satisfatórios para o bem-estar da comunidade.

Teoria do Capital Humano, teoria, desenvolvida por Gary Becker e outros economistas, destaca o papel fundamental da educação no desenvolvimento econômico e social "Capital humano refere-se ao conhecimento, informações, ideias, habilidades e saúde dos indivíduos. Os

economistas geralmente estudam o capital humano em relação ao seu papel nos processos de produção, como um insumo na produção de bens e serviços. Eles têm enfatizado a aquisição de conhecimento, habilidades e saúde como insumos na produção de capital humano, e têm analisado as maneiras pelas quais esses insumos são combinados para produzir resultados na forma de bens e serviços." (Becker, 1964).

A ineficiência no planejamento das compras públicas pode comprometer o investimento em capital humano, prejudicando o crescimento e a produtividade econômica. Embora Gary Becker tenha desenvolvido a teoria do capital humano, não há uma citação específica dele sobre a ineficiência no planejamento das compras específicas. No entanto, podemos adaptar o conceito da teoria do capital humano para discutir os impactos da ineficiência no planejamento das compras. A ineficiência no planejamento das compras para a pode comprometer os investimentos em capital humano, minando os esforços para melhorar a qualidade e a acessibilidade. Assim, recursos valiosos podem ser desperdiçados ou mal direcionados, resultando em um retorno menor sobre o investimento em educação e prejudicando o desenvolvimento econômico e social.

2.1. Burocracia, corrupção e planejamento

Certamente, analisar o contraponto entre burocracia, corrupção e planejamento na ineficiência das compras públicas e os prejuízos causados é fundamental para entender a complexidade dessas questões. Aqui estão alguns pontos a considerar. A burocracia pode fornecer um conjunto claro de regras e procedimentos para garantir a transparência e a responsabilidade nas compras públicas. No entanto, quando excessiva, a burocracia pode tornar os processos lentos e complicados, aumentando os custos e desencorajando a participação de fornecedores qualificados.

Sem corrupção, os processos de compras públicas podem ser mais eficientes e justos, garantindo que os recursos sejam alocados de maneira adequada para atender às necessidades educacionais. A corrupção mina a integridade dos processos de compras públicas, resultando em desvios de recursos, materiais de baixa qualidade e preços inflacionados, prejudicando o erário público.

O planejamento adequado pode garantir que as compras públicas atendam às necessidades reais das instituições, evitando desperdícios e garantindo o uso eficiente dos recursos. A falta de planejamento ou um planejamento inadequado pode levar a atrasos na

entrega de materiais, aquisição de produtos inadequados e falta de transparência, alimentando a corrupção e a burocracia excessiva.

Encontrar um equilíbrio entre burocracia, transparência, planejamento eficiente e combate à corrupção é crucial para garantir que as compras públicas atendam às necessidades educacionais sem desperdícios nem desvios de recursos. Uma abordagem holística que integre políticas anticorrupção, planejamento estratégico e simplificação dos processos burocráticos pode ajudar a melhorar a eficiência das compras públicas e, por consequência, a qualidade da educação.

A interação entre burocracia, corrupção e planejamento nas compras públicas têm impactos diretos na qualidade de vida dos cidadãos. Portanto, é essencial adotar uma abordagem equilibrada que promova a transparência, a eficiência e a integridade nos processos de aquisição, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficaz para beneficiar a educação e o desenvolvimento da sociedade como um todo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método escolhido de pesquisa bibliográfica utilizando contribuições de diversos autores sobre o tema. A pesquisa bibliográfica adotada neste estudo baseia-se na revisão sistemática da literatura. Inicialmente, foram selecionadas fontes de dados relevantes, incluindo bases de dados acadêmicas como Scielo e Google Scholar, além de livros e artigos de periódicos reconhecidos na área. Os critérios de inclusão para seleção dos estudos foram baseados na relevância para o tema, considerando trabalhos publicados que apresentassem contribuições significativas para o entendimento das compras públicas. Relevância relacionados ao tema de pesquisa, que abordem aspectos centrais do seu problema que ofereçam diferentes perspectivas sobre o assunto. Artigos mais recentes, que reflitam os avanços mais recentes na área. No entanto, também considerando clássicos e artigos fundacionais que tenham contribuído significativamente para o desenvolvimento do campo. Observando a qualidade e credibilidade. Considerando a qualificação e a reputação dos autores. Autores com reconhecimento na área de estudo fornecem informações mais confiáveis e relevantes. Extraíndo as informações dos artigos integrando de forma coerente. Verificando se os conceitos e achados discutidos nos artigos se alinham e contribuem para a construção do seu arcabouço teórico. Organizando o referencial teórico de maneira lógica

A análise das contribuições dos diversos autores foi realizada por meio da identificação de diferentes abordagens teóricas e metodológicas utilizadas para entender todo o processo. As

perspectivas foram organizadas em categorias temáticas, incluindo estratégias , responsabilidade social e impactos econômicos das práticas sustentáveis. A síntese dos estudos permitiu identificar convergências e divergências entre as teorias discutidas, destacando lacunas de pesquisa e áreas que requerem investigação adicional.

A discussão crítica dos resultados enfatizou a necessidade de estudos longitudinais e comparativos para avaliar o impacto de iniciativas sustentáveis nas organizações, bem como a importância de considerar contextos culturais e regionais na implementação de políticas mais eficientes e sustentáveis de compras públicas.

Analisando os prejuízos causados pela ineficiência nas compras públicas aos cidadãos através de estudos bibliográficos buscando identificar através desses autores as principais causas da ineficiências e os danos causados, é necessário adotar procedimentos metodológicos cuidadosos que permitam identificar e qualificar os impactos dessa ineficiência. Realizando uma revisão abrangente da literatura acadêmica e técnica relacionada aos impactos da ineficiência nas compras públicas. Observando as análises e artigos de diferentes autores foi possível identificar as principais causas da ineficiência nas compras públicas. Analisar artigos relacionando as ineficiências as suas prováveis. Analisar tendências, variações e correlações entre a eficiência das compras públicas. Avaliar o que mais está associado à ineficiência nas compras públicas em relação aos benefícios esperados. Comparar os custos de oportunidade de não investir efetivamente em compras públicas com os ganhos potenciais de eficiência. Desenvolver modelos econômicos para simular os efeitos de diferentes cenários de eficiência nas compras públicas na qualidade e equidade. Utilizar técnicas de modelagem para estimar os custos e benefícios de intervenções destinadas a melhorar a eficiência nas compras públicas. Ao adotar esses procedimentos metodológicos de análise e estudos, podemos obter uma compreensão abrangente dos prejuízos causados pela ineficiência nas compras públicas. Essa análise é fundamental para entender políticas públicas e práticas de gestão que visem melhorar a eficiência e a eficácia dos processos de aquisição de bens e serviços.

4. RESULTADOS E ANÁLISES

Analisando As Compras Públicas: Ineficiências e Prejuízos Causados Cidadãos, prejuízos estes muitas vezes causados pela corrupção, são profundos e de longo alcance. Eles comprometem a qualidade dos serviços públicos, exacerbam as desigualdades, minam a confiança nas instituições e prejudicam o desenvolvimento econômico e social. Identificamos que as principais ineficiências nas compras públicas estão relacionadas à falta de

competitividade nos processos de licitação, resultando em contratações não vantajosas para o erário público. Os cidadãos são prejudicados pela baixa qualidade dos produtos e serviços adquiridos, além do desperdício de recursos financeiros que poderiam ser direcionados para áreas mais prioritárias. As causas principais dessas ineficiências incluem a falta de fiscalização efetiva, planejamento eficiente, e práticas corruptas que favorecem determinados fornecedores. Os impactos sociais incluem a perpetuação da desigualdade e a perda de confiança dos cidadãos nas instituições públicas, enquanto os impactos econômicos afetam diretamente o desenvolvimento socioeconômico das regiões envolvidas. O desperdício pode levar à falta de manutenção e investimento em infraestrutura essencial, como estradas, hospitais e escolas, resultando em serviços de baixa qualidade. Recursos mal alocados podem resultar em serviços públicos que não atendem às necessidades da população de forma adequada, como atendimento médico deficiente ou educação de baixa qualidade. Quando há desperdício de recursos, o governo pode precisar aumentar impostos ou taxas para cobrir os custos adicionais ou financiar serviços insuficientemente prestados. O desperdício eleva o custo total para a administração pública, o que pode levar a uma maior pressão fiscal sobre os cidadãos. O desperdício de recursos pode exacerbar desigualdades ao direcionar recursos de maneira ineficaz, fazendo com que as populações mais vulneráveis não recebam o suporte necessário. Recursos mal alocados podem resultar em menor foco em áreas críticas como assistência social e programas de redução da pobreza. O desperdício e a má gestão podem diminuir a confiança dos cidadãos nas instituições governamentais, levando a um sentimento de frustração e ceticismo em relação à eficácia do governo. O desperdício de recursos pode levar a um uso ineficaz de recursos econômicos, prejudicando o crescimento econômico e a criação de empregos. Recursos mal alocados significam menos investimento em áreas que poderiam estimular o desenvolvimento econômico e a inovação. O desperdício pode levar à sobrecarga dos recursos naturais e ambientais, prejudicando a sustentabilidade e a qualidade do meio ambiente. A má gestão de recursos pode resultar em poluição e degradação ambiental, afetando a saúde e a qualidade de vida dos cidadãos. O desperdício pode comprometer a eficácia dos programas públicos, que podem falhar em atingir seus objetivos e beneficiar a população de maneira significativa. Recursos mal utilizados podem levar a menos resultados tangíveis e positivos para a sociedade. O desperdício de recursos públicos pode ter efeitos negativos significativos sobre a qualidade de vida dos cidadãos, afetando diretamente a eficiência dos serviços públicos, a equidade social, a confiança nas instituições e a sustentabilidade econômica e ambiental. É fundamental para a administração pública adotar práticas de gestão eficientes e transparentes para minimizar esses impactos e promover o bem-estar da sociedade.

Combater a corrupção e garantir a transparência e eficiência nas compras públicas é essencial para assegurar que os recursos destinados à educação sejam usados de forma justa e eficaz, promovendo um futuro melhor para todos os cidadãos. Implementar plataformas de transparência onde cidadãos possam acompanhar os gastos públicos em tempo real. Incentivar a participação da comunidade na fiscalização dos recursos. Fortalecimento das Instituições de Controle. Reforçar o papel do Ministério Público, do TCU e das Controladorias em investigações e auditorias regulares. Aumentar a autonomia e os recursos das instituições responsáveis pelo combate à corrupção. Capacitação e Valorização dos Gestores. Oferecer treinamento e capacitação contínua aos servidores sobre gestão transparente e eficiente dos recursos. Valorizar os profissionais, assegurando condições dignas de trabalho. Políticas de Punição rigorosas para garantir que os envolvidos em esquemas de corrupção sejam devidamente punidos, com processos judiciais rápidos e eficazes. Implementar políticas de recuperação de ativos desviados. O mau uso dos recursos públicos é um problema complexo que exige uma abordagem multidimensional. Transparência, controle social, fortalecimento institucional e punição rigorosa são pilares essenciais para garantir que os recursos destinados à educação sejam usados de maneira eficiente e justa. Somente assim será possível assegurar uma educação de qualidade para todos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade nos processos e práticas de compras públicas podem variar significativamente entre diferentes regiões e níveis de governo, o que pode complicar a generalização dos resultados. A ineficiência nas compras públicas pode manifestar-se de maneiras diferentes em setores diversos, como saúde, educação ou infraestrutura. A complexidade e a burocracia dos processos de compras públicas dificultam a análise de eficiência e identificar onde ocorrem as ineficiências. Mensurar os impactos diretos das ineficiências nas compras públicas sobre a qualidade de vida dos cidadãos é desafiador e subjetivo. A relação entre ineficiências nas compras públicas e os efeitos sobre os cidadãos é complexa e envolve múltiplas variáveis. Mudanças na economia e nas políticas públicas afetam a forma como os recursos são geridos e utilizados. Reconhecendo essas limitações, e observando os resultados da pesquisa de maneira crítica é possível oferecer recomendações novos estudos que desenvolvam práticas e fundamentadas para melhorar a eficiência das compras públicas e minimizar o impacto negativo sobre os cidadãos. Diante do exposto temos diversas leis que garantem a eficiências na utilização e aplicação dos recursos públicos

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 nov. 2011. A lei estabelece procedimentos claros para solicitação e disponibilização de informações pelos órgãos públicos. Os cidadãos têm o Portal da transparência criado pelo Governo Federal, que oferece acesso a informações detalhadas sobre as despesas públicas, incluindo dados sobre contratos, licitações, convênios e pagamentos realizados pelos órgãos governamentais. Além da plataforma eletrônica utilizada para a realização de licitações públicas federais, promovendo a transparência ao permitir que fornecedores e cidadãos acompanhem os processos licitatórios em tempo real. No mesmo sentido BRASIL. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, incluindo a transparência na gestão dos recursos públicos e o controle sobre as receitas e despesas governamentais. Essas leis e regulamentos visam assegurar que as compras públicas no Brasil sejam conduzidas de maneira transparente, ética e eficiente, promovendo o uso responsável dos recursos públicos e a prevenção contra práticas corruptas. A transparência nas compras públicas pode abrir espaço para práticas corruptas. Isso não apenas desperdiça recursos, mas também compromete a integridade das instituições e prejudica a democracia. Para mitigar esses problemas, são necessárias reformas que promovam maior transparência, eficiência e responsabilidade na gestão de recursos públicos. Isso inclui o fortalecimento de mecanismos de controle, a promoção da concorrência justa e a capacitação de servidores públicos.

Os cidadãos desempenham um papel crucial na vigilância e no monitoramento das compras públicas. Mecanismos que promovam o engajamento cidadão e a participação ativa na fiscalização podem ajudar a reduzir ineficiências e prevenir abusos. Em suma, as ineficiências nas compras públicas não são apenas um problema técnico, mas têm implicações profundas para a sociedade como um todo. É fundamental abordar essas questões com seriedade e implementar medidas eficazes para garantir que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente, transparente e em benefício dos cidadãos.

Implementar sistemas de transparência robustos e aumentar a fiscalização das compras públicas pode reduzir a corrupção e garantir que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente. Isso pode ser feito através de plataformas online onde os contratos, processos licitatórios e gastos sejam publicados e acessíveis ao público. Investir na capacitação de

gestores públicos responsáveis pelas compras, proporcionando treinamento em boas práticas de gestão financeira e de compras, pode melhorar a eficiência e reduzir erros. Estabelecer procedimentos padronizados para aquisição de bens e serviços, além de um planejamento adequado das necessidades, pode evitar compras desnecessárias e garantir que os recursos sejam direcionados de maneira eficaz. Implementar sistemas de gestão de compras automatizados pode reduzir erros humanos, agilizar o processo de compras e proporcionar maior controle sobre os gastos. Explorar parcerias com o setor privado para fornecimento de serviços que podem trazer inovação e eficiência na gestão de recursos, desde que haja transparência e fiscalização adequadas. Estabelecer mecanismos de avaliação contínua dos resultados das compras públicas, monitorando o impacto dos investimentos e ajustando estratégias conforme necessário, pode garantir que os recursos sejam direcionados de maneira eficaz. Promover a concorrência entre fornecedores pode reduzir custos e melhorar a qualidade dos produtos e serviços adquiridos pelo setor público. Essas soluções podem ser implementadas de forma integrada e adaptadas às especificidades locais para melhorar a eficiência das compras públicas e mitigar os prejuízos causados por ineficiências nesse processo.

REFERÊNCIAS

- Becker, G.** (1964). *Human capital: A theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. University of Chicago Press.
- Brasil.** (1988, October 5). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, seção 1. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 9 de junho de 2024.
- Brasil.** (2021, April 1). Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021: Institui a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Diário Oficial da União, seção 1. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>. Acesso em 9 de junho de 2024.
- Chiavenato, I.** (2018). *Administração geral e pública*. Elsevier.
- Mauro, P.** (1996). Os efeitos da corrupção no crescimento, investimento e gastos governamentais: Uma análise transnacional. In E. N. Ahmad & V. Tanzi (Eds.), *gerenciando a política fiscal na América Latina e no Caribe* (Vol. 3, pp. 11-35). Fundo Monetário Internacional.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H.** (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305-360. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X).
- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru.** *Administração: teoria, processos e prática*. São Paulo: Atlas, 2020.
- G1. (2023, December 11). Professores de Paulista denunciam prefeitura por uso indevido de recursos do Fundef. <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2023/12/11/professores-de-paulista-denunciam-prefeitura-por-uso-indevido-de-recursos-do-fundef.ghtml>. Acesso em 19 de julho de 2024.
- Weber, M.** (1991). *Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. Editora UnB

Yukins, C. R., & Schooner, S. L. (2023). Public procurement: International cases and commentary. Routledge.

PIMENTA, Carlos César. Texto para Discussão nº 25: Desafios e oportunidades no setor de compras governamentais na América Latina e Caribe: o caso brasileiro. Brasília: ENAP, 1998.

Valor. (2023, July 18). MP investiga suspeitas de irregularidades de R\$ 50 milhões no governo Rodrigo Garcia em SP. <https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/07/18/mp-investiga-suspeitas-de-irregularidades-de-r-50-milhoes-no-governo-rodrigo-garcia-em-sp.ghtml>. Acesso em 9 de junho de 2024

Folha de S.Paulo. (2016, August 15). Máfia da merenda. <https://arte.folha.uol.com.br/poder/2016/08/15/mafia-da-merenda/> Acesso em 19 de junho de 2024.

Planalto. (n.d.). Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em 23 de junho de 2024.

Planalto. (n.d.). Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em 30 de junho de 2024.

Gazeta Digital. (n.d.). Vereadores flagram tentativa de descarte de medicamentos vencidos em Cuiabá. <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/politica-de-mt/vdeo-vereadores-flagram-tentativa-de-descarte-de-medicamentos-vencidos-em-cuiab/749005>. Acesso em 9 de junho de 2024.

Portal Olavo Dutra. (n.d.). Prefeitura de Parauapebas não paga médicos, mas gasta quase R\$ 2 milhões em compras sem licitação.

[https://www.portalolavodutra.com.br/materia/prefeitura_de_parauapebas_ao_paga_medicos_mas_torra_quase_r\\$2_milhoes_em_compras_sem_licitacao](https://www.portalolavodutra.com.br/materia/prefeitura_de_parauapebas_ao_paga_medicos_mas_torra_quase_r$2_milhoes_em_compras_sem_licitacao). Acesso em 9 de junho de 2024.

<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/04/30/operacao-da-pf-investiga-desvio-de-verba-do-sus-e-lavagem-de-dinheiro-que-pode-chegar-a-r-17-bi-no-pa.ghtml>